

Autorização concedida ao Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB) pelo Professor Abimael de Jesus Barros Costa, em 03 de abril de 2019, para disponibilizar o trabalho, gratuitamente, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da obra.

REFERÊNCIA

ARAÚJO, Rayane Menezes de; COSTA, Abimael de Jesus Barros. Ativos intangíveis de universidades públicas federais: mensuração a luz da literatura brasileira do setor privado. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA, 2., 2019, Lisboa. Disponível em: https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/iicicp//finais_site/58.pdf. Acesso em: 04 abr. 2019.

ATIVOS INTANGÍVEIS DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS: MENSURAÇÃO A LUZ DA LITERATURA BRASILEIRA DO SETOR PRIVADO

Tipologia: Trabalho

Categoria: Relato Financeiro do Setor Público

Autores:

1. **Rayane Menezes de Araújo, Bacharel** – e-mail: ray.menezes1993@gmail.com
Departamento de Ciências Contábeis (CCA/FACE) - Universidade de Brasília – UnB –
Brasília – DF – Brasil, contato: + 55 61 9.9229-0204
2. **Abimael de Jesus Barros Costa, Professor Dr.** – e-mail: acosta@unb.br
Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis (PPGCont) - Universidade de Brasília –
UnB – Brasília – DF – Brasil , contato: + 55 61 9.9229-0204

RESUMO

O estudo tem como objetivo geral investigar, com base nos demonstrativos contábeis do setor público, a prática de mensuração de ativos intangíveis, com a finalidade de dialogar com os modelos quantitativos de mensuração do valor aplicados no setor privado. Para isso foi realizado uma pesquisa bibliométrica sobre modelos de mensuração ativos intangíveis em uma amostra com periódicos online e um estudo de caso para compreender a prática de mensuração dos ativos intangíveis da Universidade de Brasília (UnB) no período de 2013 a 2017. Em suma, constatou-se que apesar do ativo intangível não ser um dos assuntos mais pesquisados na literatura devido a sua complexidade, os artigos pesquisados retratam modelos que podem ser adaptados, sendo necessários alguns ajustes devido às particularidades do Setor Público. Assim, foi evidenciada a escassez de pesquisas sobre ativos intangíveis no Setor Público e que a mensuração dos intangíveis na Universidade de Brasília (UnB) está de acordo com o proposto pelas normas e manuais.

Palavras-chave: Ativo Intangível; Modelos Quantitativos; Mensuração; Setor Público. Universidade de Brasília (UnB).

1 INTRODUÇÃO

A ideia de valorar um bem está presente desde os primórdios da sociedade, quando ainda existia a política do escambo, no qual essas trocas eram providas pela utilidade que o

produto tinha para pelo menos uma das partes envolvidas, como por exemplo, no surgimento da agricultura, onde indivíduos trocavam seu trabalho na lavoura por comida. Segundo Sá (1997), tudo começou no momento em que o homem passou a valorizar os bens materiais individuais, o que fez com que a informação sobre o montante passasse a ser valiosa.

A ideia da contabilidade vem dessa necessidade de mensurar, logo, servir ao usuário informações sobre o patrimônio da entidade. Entretanto, o ativo intangível é considerado umas das áreas mais complexas, por sua dificuldade em identificar, sua incerteza de mensuração e evidenciação nos demonstrativos e estimação de vida útil. Segundo Lev (2001), a recente onda de interesse sobre os ativos intangíveis também está relacionada à combinação de duas forças econômicas: globalização do comércio e o desenvolvimento da tecnologia da informação. Conforme Kayo, et al., (2006), o interesse pelos ativos intangíveis na formação do valor é uma evidência do crescimento do índice valor de mercado sobre valor contábil (*Market-to-book ratio*).

O período atual é de mudanças estruturais no contexto econômico e social. A Revolução Tecnológica trouxe uma maior importância aos bens intangíveis, tais como informação e o conhecimento, pois existe uma constante necessidade de saberes e ferramentas que auxiliem na vida dos indivíduos na sociedade e no centro desta dinâmica está à inovação. A inovação também é crucial para uma melhor eficiência na prestação de serviços públicos e na formulação e execução de políticas públicas pelos órgãos e entidades que integram a Administração Pública. A inovação pode gerar, inclusive, uma economia de recursos públicos levando em consideração a escassez dos mesmos. Gerir o patrimônio público baseado nas melhores práticas existentes permite mais ações públicas com menos recursos.

A contabilidade governamental brasileira também vem sofrendo mudanças com o processo de convergência das normas internacionais de contabilidade pública (IPSAS), pois há diversas alterações nas práticas contábeis como, por exemplo, a adoção do regime de

competência integral para receitas e despesas e a mudança da base da contabilidade pública, que deverá estar voltada principalmente ao patrimônio das entidades e não mais apenas ao orçamento. Segundo Feijó (2011), com a incorporação de dimensões patrimoniais a partir das novas regras contábeis, a sociedade poderá visualizar, nas demonstrações contábeis, todos os ativos e passivos do setor público.

A portaria nº 184/2008 dispõe sobre a edição de manuais e normativos sobre os procedimentos contábeis e a adoção de um plano de contas único para facilitar a convergência. A adoção das novas práticas contábeis facilita o acompanhamento e a comparação da situação econômica financeira e do desempenho dos entes públicos, viabiliza a economicidade e eficiência na alocação de recursos. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) de 2017, ativo intangível é definido como um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais.

Diante do exposto, a pesquisa tem como propósito investigar a prática de mensuração de ativos intangíveis conciliando modelos quantitativos, mensuração de valor do setor privado e para isto foi feita uma revisão bibliométrica de artigos publicados sobre o tema nas principais revistas de periódicos, além disso, foi verificado o reconhecimento de algum ativo intangível pela Universidade de Brasília nos últimos anos (2013-2017).

A contabilidade tem, constantemente, dificuldades em mensurar ativos intangíveis, principalmente no setor público. Para resolver essas questões e adequar a norma contábil aos padrões internacionais, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) elaborou um grupo que trabalha na convergência das normas brasileiras de contabilidade, emitindo normas que visam auxiliar no processo de conversão ao padrão internacional. A Norma Brasileira de Contabilidade aplicada ao Setor Público Ativo Intangível (NBC TSP 08) sobre ativos intangíveis, que aborda reconhecimento, mensuração e evidenciação de itens como softwares,

direitos autorais, patentes, apresenta a definição como um ativo não monetário identificável e sem forma física.

Diante do contexto exposto e tendo a preocupação em explorar aspectos contábeis específicos, esta pesquisa responderá ao seguinte problema: **quais metodologias quantitativas podem ser aplicadas para mensuração de ativos intangíveis no setor público?**

O estudo tem como objetivo geral investigar, com base nos demonstrativos contábeis do setor público, a prática de mensuração de ativos intangíveis, com a finalidade de dialogar com os modelos quantitativos de mensuração do valor aplicado no setor privado. Para alcançar tal meta desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: (a) Apresentar os principais métodos quantitativos de avaliação de ativos intangíveis; (b) Verificar nos demonstrativos contábeis da UnB se consta algum ativo intangível reconhecido nos últimos cinco anos (2013-2017).

O ativo intangível vem ganhando importância, principalmente na área privada, algumas pesquisas apontam que possuir estes ativos evidenciados de forma correta ocasiona vantagens comparativas, possibilitando uma valorização no preço de mercado da empresa. De acordo com Edvinsson e Malone (1998), até a década de 80 a grande preocupação no mundo dos negócios era como avaliar o ativo tangível das empresas. No entanto, embora o estudo dos ativos intangíveis não seja novo, observa-se que existe um interesse crescente, tanto nas comunidades acadêmicas, quanto no ambiente empresarial em todo o mundo.

A realização dessa pesquisa justifica-se em virtude da escassez de estudos que abordem esse tema no Brasil, por ser um ativo complexo e polêmico de definição, mensuração e evidenciação. É fundamental observar estudos de forma que a mudança da contabilidade pública não se torne apenas procedimento a ser realizado, mas que traga

benefícios para o governo e sociedade. A pesquisa se caracteriza pela aplicabilidade de seus resultados e contribui para a discussão sobre o tema e parâmetros para a tomada de decisões.

Esta pesquisa é ordenada da seguinte forma: nesta seção foi apresentada a introdução do tema, o problema, a justificativa e os objetivos de estudos. Na seção seguinte, é realizada uma revisão de literatura sobre ativos intangíveis e uma análise de algumas pesquisas anteriores sobre o assunto. Na terceira seção, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Na quarta, é apresentada a análise dos resultados. E por fim, na quinta seção são feitas as considerações finais sobre o estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Essa seção aborda questões conceito de ativo intangível e sua mensuração segundo normas e pronunciamento técnicos e algumas pesquisas anteriores.

2.1 Ativos intangíveis

A contabilidade pública tem como fundamento legal o art. 165 § 9 da Constituição Federal (CF) de 1988, que estabelece que uma lei complementar deve indicar as normas da gestão financeira e patrimonial da administração. A lei nº 11638/07 e 11941/09 trouxeram uma nova estrutura para a contabilidade, com principais mudanças no balanço patrimonial, como a criação do grupo intangível no ativo não circulante, aplicação do teste de *impairment* ao final de cada exercício social e padronização da contabilidade comercial aos padrões internacionais para a sociedade aberta e fechada de grande porte. E seguindo a tendência, a Portaria nº 184/2008 dispõe sobre orientações para procedimentos e práticas contábeis para torná-las convergentes com as IPSAS.

A definição de ativo intangível como algo que não possui existência física é muito rudimentar e incompleta gerando diversas confusões, uma vez que se somente está

característica fosse levada em conta, despesas antecipadas seriam consideradas intangíveis. Para evitar este tipo de conflito, alguns autores e órgãos reguladores buscaram complementar o conceito.

Para entender o que é ativo intangível deve-se primeiro compreender o conceito de ativo. Segundo o Pronunciamento Técnico Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (CPC 00), ativo é “um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade”. Depois de atendidas essas características, o intangível tem um pronunciamento próprio, o Pronunciamento Técnico Ativo Intangível (CPC 04), baseado na *International Accounting Standards Intangible Assets* (IAS 38), avalia o ativo intangível como um ativo não monetário, identificável sem substância física.

Esse conceito do ativo intangível, conforme o CPC 04 indica, não deve ser representado por dinheiro e o identificável foi acrescido para diferenciar o intangível do *goodwill*, podendo ser negociado de forma separada, o que acaba restringindo a abrangência no sentido de reconhecimento e mensuração. Mas o Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) tem uma preocupação com o controle, pois são pronunciamentos técnicos levando em conta a convergência da contabilidade brasileira para a internacional.

O setor público também possui suas próprias normas e manuais. A Norma Brasileira de Contabilidade aplicado ao Setor Pública Estrutura Conceitual (NBC TSP Estrutura Conceitual) adota um conceito diferente do CPC 00 da Estrutura Conceitual para a definição de ativo. De acordo com essa norma, o ativo seria um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado. O ativo intangível possui uma norma específica baseada na IPSAS 31, chamada NBC TSP 08, em que a definição do intangível é a mesma do CPC 04, além disso, fala sobre o patrimônio cultural intangível, que o reconhecimento não é exigido pela norma, mas se o órgão faz deve atender as regras estabelecidas.

O MCASP conceitua o ativo intangível como “um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais”. O manual é mais um instrumento de apoio para contabilistas se adequarem as normas de contabilidade, para alcançar o objetivo de fornecer informações fidedignas ao usuário com base no plano de contas nacional. O manual traz procedimentos para identificar um ativo intangível quando for separável ou resultar de compromissos obrigatórios (Quadro 1).

Quadro 1: Critérios para reconhecimento do ativo intangível

Atender a definição de intangível:	Atender aos critérios de reconhecimento
<ul style="list-style-type: none"> • Não monetário; • Ser identificável; • Não possuir substância física; 	<ul style="list-style-type: none"> • Provável geração de benefícios futuros; • Custo mensurado com confiabilidade;

Fonte: Elaborada pela autora.

2.2 Mensuração dos ativos intangíveis

Uma revisão de literatura sobre modelos de mensuração intangíveis realizada em 2010 no portal *Science Direct*, usando os termos *cost.* e *intangible* no escopo da busca como palavras chaves, títulos e tema, foram encontrados apenas 57 artigos, sendo que a maioria aborda a avaliação de ativos na contabilidade financeira e os outros abordam as relações custo-benefício dos intangíveis. Não foram achadas pesquisas sobre alternativas de mensuração dos ativos (ABREU, DIEHL e MACAGNAN, 2011).

No setor público, o gestor deve seguir o princípio da legalidade, Meirelles (2016) afirma que “na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é

permitido fazer o que a lei autoriza”. Analisaremos a seguir as normas e os manuais que orientam sobre a mensuração dos ativos.

O CPC 04 e o MCASP definem os critérios para reconhecer o ativo intangível que devem atender à definição do ativo e os critérios que são prováveis na geração de benefícios futuros e o custo mensurado com confiabilidade.

O CPC 04 orienta o reconhecimento ao custo, mas trata de algumas particularidades, por exemplo, a aquisição separada reflete aos benefícios econômicos e seu custo inclui o preço de compra mais impostos de importação e os não recuperáveis e qualquer custo atribuível a preparação do ativo e menos quaisquer descontos e outros itens semelhantes e este reconhecimento cessa quando o ativo está em condições pretendidas pela administração, o MCASP 2017 também tem a mesma posição. O CPC também trata sobre aquisição por meio de subvenção ou assistência governamental, apesar de ter um pronunciamento específico, o Pronunciamento Técnico Subvenção e Assistência Governamental (CPC 07) pode reconhecer o valor justo inicialmente ou valor nominal mais os gastos para colocar o ativo em uso. Também aborda sobre a permuta de ativos, orienta que sejam mensurados pelo valor justo, exceto quando a operação não é comercial e não pode ser mensurada confiavelmente, nesses casos aconselham que o custo deva ser determinado pelo valor contábil.

Entretanto, o MCASP 2017 tem nos reconhecimentos iniciais outras duas formas, em que deve distinguir em fase de pesquisa ou desenvolvimento se não conseguir retratar como fase de pesquisa. Na fase de pesquisa, determina que nenhum ativo intangível deve ser reconhecido e o gastos serão tratados como despesa. E no desenvolvimento, lista alguns pontos que deverão demonstrar, como viabilidade técnica para concluir o ativo, capacidade de mensurar com segurança gastos, entre outros. E aqueles obtidos por meio de transações sem contraprestação é registrado pelo valor de registro e acrescidos ao custo incorridos atribuídos ao ativo.

A mensuração após o reconhecimento inicial, segundo o CPC e MCASP 2017, adota a mesma posição, pelo método custo menos amortização ou perda acumulada quando apropriado. O modelo de reavaliação só deve ser feito quando for permitido por lei, conforme está no CPC, mas está presente na NBC TSP 08 e no MCASP (2017) que o valor justo deve ser apurado em relação ao mercado ativo e a reavaliação deve ser feita de forma regular, para que o valor contábil do ativo não diferencie do que seria determinado pelo valor justo (Quadro 2).

Quadro 2: Métodos de mensuração do ativo intangível segundo normas

<p>Modelo de custo: Após o reconhecimento inicial, o ativo deve ser mensurado ao custo menos amortização e qualquer perda por redução valor recuperável.</p>	<p>Modelo de reavaliação: depois do reconhecimento inicial, ao seu valor justo menos amortização ou perda. O valor justo deve ser apurado em relação ao mercado ativo.</p>
--	--

Fonte: Elaborada pela autora.

2.3 Pesquisas anteriores

O estudo sobre modelos quantitativos para ativos intangíveis é algo novo e complexo, vêm ganhando destaque ao logo dos anos devido a algumas pesquisas que demonstram que o intangível pode ser uma vantagem comparativa no mercado e também por causa da lei 11638/07 que alterou e introduziu novas ações para a Lei das Sociedades (lei n°6404/76), o principal objetivo foi a alinhamento das normas contábeis e em seu art.178 reestruturou o ativo permanente, dividindo em investimentos, imobilizado, intangível e diferido.

Com base nisso, foram selecionados alguns trabalhos que são semelhantes ou convergentes na busca por modelos quantitativos de mensuração intangíveis para serem relacionados e comparados.

Souza, Botinha e Lemes (2016) buscaram identificar o grau de comparabilidade das demonstrações financeiras de 184 entidades brasileiras e 43 de origem portuguesa, todas as companhias abertas em relação à mensuração dos ativos intangíveis, no período de 2010 a 2012 foi medida pelo índice de *Taplin*. Foi percebido que no Brasil os setores de petróleo, gás, biocombustíveis e telecomunicações tiveram um grau de comparabilidade alto e Portugal apresentou uma atuação em três setores (bens industriais, tecnologia informação e utilidade pública) e grau máximo de comparabilidade na indústria de petróleo e gás. Também foi observado que embora Portugal tenha maior experiência com as normas internacionais, o mesmo teve índices de comparabilidade inferiores ao Brasil.

A mensuração do valor contábil da Marca do Grupo Água Mineral Alfa possibilita a alta administração da empresa, o controle sobre o ativo intangível. A mensuração foi feita com base nos demonstrativos contábeis, a fórmula base para o cálculo do valor da marca era: Valor da marca=(PSCM-PSG)*Vendas, onde pscm= índice PS (preço/venda) da empresa com marca e psg=índice PS (preço/venda) da empresa com produto genérico. O valor não correspondeu com o esperado, pois não foi possível obter uma empresa genérica, a maioria tem capital fechado afetando o cálculo da margem líquida e operacional, fator multiplicador e de maior relevância para o cálculo, contudo o método pelo índice empresa/vendas serve para entidades de grande porte e possuem concorrentes com menor peso no mercado (SILVA e PETRI, 2016).

No sentido de avaliar a associação entre o nível de intangibilidade dos ativos e o valor de mercado das ações da empresa, a hipótese é que as companhias que integram o Índice da Bolsa de Valores do Brasil (IBrX) apresentam relação positiva entre o nível de intangibilidade dos ativos e o *Market-to-book*. Para realização dos testes foram consideradas informações trimestrais de 2008 a 2014, coletados no *software* Thomson Reuters das empresas que compõem o índice IBrX 100 da Bovespa. Os resultados dos testes demonstraram relevância

dos investimentos sobre o valor, reforçando a ideia de que a maior participação de intangíveis no balanço aumenta a perspectiva de lucros anormais, pois ativos tangíveis, pela disponibilidade no mercado, trazem um retorno na média, cabe aos intangíveis um retorno acima do esperado, melhorando o posicionamento da entidade no mercado (MEDRADO, et al., 2016).

Ibanez, Viera Neto e Almeida (2015) verificaram na literatura metodologias para mensurar intangíveis e os praticados nas empresas da construção civil, tendo como base o balanço patrimonial para os exercícios de 2008 a 2013. Para isto, usaram dois modelos para avaliação dos ativos; modelo holístico que deve ter uma amostra de 3 a 5 anos, evidenciando o lucro líquido médio e corrigido por um indicador ou que retrate a corrosão do valor dos ativos, e o modelo *brand finance* que consiste em indicar o valor econômico da marca pelo uso corrente. A conclusão foi que as empresas utilizam a mensuração de intangíveis do fluxo de caixa descontado objetivando o registro patrimonial e não a metodologia que melhor se adapta as suas atividades.

Cazone Neto (2013) comparou o tratamento dos ativos intangíveis antes e depois da lei nº 11.638/07 pelas empresas listadas na Bovespa, por meio dos demonstrativos contábeis e notas explicativas no período de 2007 a 2012, foram analisadas 287 entidades, onde 82,6% dos ativos eram contratos de concessão pública, *software*, marcas e patentes e *goodwill*. Podemos observar que as empresas começaram a evidenciar o intangível em 2007, em sua maioria aumentaram esse valor no decorrer dos anos e ganharam credibilidade e transparência e uma melhora na avaliação do crédito a empresa.

Pace, Oliveira e Alkimin (2012) buscaram empregar uma metodologia e estimar o impacto da criação de valor dos ativos intangíveis vindo da mão de obra voluntária de uma organização sem fins lucrativos da área da saúde. O modelo foi baseado em Hoss (2003) agrupando as variáveis que interferem na criação de valor em mostradores para explicar os

comportamentos que geram valor. As entrevistas e questionários foram respondidos por 70% da gestão da empresa, foram avaliadas variáveis quantitativas e qualitativas com escalas de 0 a 7. O cálculo do valor do ativo foi representado pelo modelo baseado no lucro. Dentro dos resultados obtidos, foi possível estimar o impacto da criação do capital intelectual.

Abreu, Diehl e Macagnan (2011) demonstraram a aplicação de um modelo para mensurar ativos intangíveis, o método utilizado foi proposto por Diehl em 1997. Diversas etapas foram feitas para se conseguir mensurar e alinhar com uma matriz de relações para estabelecer o fator intangível prioritário, para conhecer os custos intangíveis e também foi usado o método ABC para conhecimento das atividades, gerando custos e causas, aplicado na empresa de Trens Urbano de Porto Alegre (Trensurb S/A).

Conforme Wernke (2011), para avaliação dos ativos intangíveis no sentido exclusivamente gerencial e não com a finalidade financeira ou de cunho contábil, os critérios não necessitam serem previstos nas normas legais e contábeis. Ele defende que as análises de multiatributos devem ser utilizadas na avaliação de ativos como forma de estabelecer prioridades ou dos indicadores empregados. O modelo proposto fundamenta a *The Value Chain Scoreboard* de Lev e nas quatro perspectivas do *Balanced Scorecard* de Kaplan & Norton, com a visão financeira, aprendizagem, processos internos e comercialização.

Ferraz (2009) buscou identificar a contabilização dos ativos intangíveis referente à propriedade intelectual. Para comparar com a legislação e normas, foram selecionadas as 40 empresas do país segundo o ranking da revista Exame. Depois de feita uma análise individual dos demonstrativos de cada empresa, concluiu-se que apenas 27 possuíam intangíveis no balanço e adaptados a norma, porém o ano de 2008 foi o primeiro da vigência das normas e a dificuldade de registrar marcas e patentes pode ser devido a isso.

Crisóstomo (2009) examinou o tratamento de ativos intangíveis em diferentes mercados e a situação no Brasil. Foi feita uma revisão da literatura e uma pesquisa empírica

sobre evidenciação intangível no Brasil. Com base nas normas internacionais e principalmente nas leis brasileira, percebeu-se a falta de uniformidade no âmbito internacional e no Brasil uma deficiência de formalização normativa aos aspectos até a lei 11638/07 e o CPC 04, entretanto a partir de 2005, quase 20% das empresas brasileiras listadas na bolsa evidenciaram intangíveis, é considerado um número elevado diante da dificuldade em evidenciar e mensurar até mesmo sua definição.

Para mensuração de ativos intangíveis da Sicredi de São Cristovão, com base no modelo proposto por Hoss (2003), pesquisaram-se as variáveis segundo os quatro quadrantes: humano, processos, estrutural e ambiental. A avaliação foi realizada com a cúpula da administração e aplicou-se a fórmula. Em suma, a pesquisa mostrou que os ativos intangíveis têm grande relevância no seu valor de mercado e que a empresa valorizava os investimentos, mas não havia percebido a correlação com o resultado financeiro e econômico (ARRUDA, VALÉRIO e DOBROWOLSH, 2008).

Barros (2007) apresentou alguns modelos de mensuração do capital intelectual ao evidenciar como a contabilidade deve agir. Demonstra 3 modelos de mensuração, o Navegador do Capital Intelectual(*Stewart*) por meio de indicadores relacionados ao capital humano e estrutural do cliente, e um valor que dê a ideia do tanto, para isto propõe a utilização do gráfico radar. O modelo Navegador de *Skandia* usa os indicadores organizados em foco financeiro, humano, cliente, processo, renovação e desenvolvimento, quando identificados pode ser maximizados trazendo maior valor à empresa. E por fim, o modelo de *Sveiby* elaborou um monitor de ativos intangíveis que apresenta uma série de indicadores escolhidos dependendo da estratégia da empresa. Corroboram todos os modelos considerados, a contabilidade mensura diversos aspectos necessários como indicadores econômicos financeiros.

Perez e Famá (2006) buscaram entender a importância do ativo intangível nas

empresas mensurando a criação de valor aos acionistas e o grau de intangibilidade dos ativos. A pesquisa trabalhou com a hipótese “Não existe diferença de desempenho econômico entre as empresas com maior e menor grau de intangibilidade de seus ativos”, a amostra utilizada foi empresas não financeiras com ações na bolsa de valores, NYSE e NASDAQ, no período de 1997 a 2002. Em suma, os ativos intangíveis foram relevantes no desempenho econômico da empresa, apesar de muitos investimentos em intangíveis serem reconhecidos como despesa, entretanto se fosse o mesmo tratamento dos tangíveis o lucro da empresa seria maior e refletiria de forma melhor a geração de riquezas.

Milone (2004) elaborou uma metodologia para determinar o valor das marcas baseada no fluxo de caixa descontado, para isto foi desenvolvida *Scorecard* da Marca que identifica e estima a influência da marca na capacidade de geração de fluxo futuro de uma entidade. A metodologia foi aplicada no setor financeiro com Itaú e Unibanco e alimentício, Sadia e Perdigão. Em síntese, pode ser aplicada nos dois segmentos, o que denota sua flexibilização e o modelo também pode fornecer informações para administração permitindo desenvolver estratégias e políticas.

Hoss (2003) propôs um agrupamento de variáveis em quadrantes humano, processual, estrutural e ambiental, usando uma série fatores quantitativos registrado pelo valor que representam e qualitativos mensurado pelo programa de pontos, também lista os procedimentos adotados para apurar o valor, como analisar e entender a empresa, calcular o lucro intangível ajustado, pesquisar variáveis quantitativas e qualitativas, apurar o valor intangível e coeficiente e em seguida aplicar a fórmula. Identificou dificuldade na aplicabilidade do modelo avaliação qualitativa dos ativos com aplicação dos formulários e um fator importante foi a revisão do processo presente em todas as etapas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A palavra método vem do grego *métodos*, formada por duas palavras *metá* que significa no meio de; através, entre, acrescida de *odós*, que significa caminho. Assim podemos dizer que método significa ao longo do caminho, ou seja, forma de proceder ao longo do caminho (TRUJILLO, 1982).

A pesquisa pode ser caracterizada, quanto à abordagem, como quantitativa, pois busca relações dos modelos mensuração dos ativos intangíveis, trazendo uma análise bibliográfica e uma aplicação prática, observando como os ativos intangíveis são tratados na Universidade de Brasília (UnB). Optou-se pelo estudo envolvendo os demonstrativos contábeis da UnB pela disponibilidade dos dados, pela possibilidade de visitas in loco no Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF/UnB) e pela localização geográfica dos pesquisadores. Conforme Fonseca (2002), a pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros.

A pesquisa é classificada como exploratória quanto aos objetivos, tem a finalidade de ampliar o conhecimento sobre os ativos intangíveis. Este tipo de estudo tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007).

Os procedimentos para alcançar a finalidade do estudo é a pesquisa bibliográfica, feita a partir de um levantamento de fontes bibliográficas de artigos que retratam sobre modelos para quantificar ativo intangível. Segundo Gil (1997), a principal vantagem deste tipo de estudo é que alcança os fenômenos de maneira mais eficiente do que uma pesquisa direta.

Sendo assim, amplifica o conhecimento na área, oferecendo sustentação para outros problemas de pesquisa ou descrever a área estudada.

A pesquisa propôs analisar artigos sobre ativos intangíveis, sendo observadas as seguintes variáveis: referente ao tema e a metodologia usada. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Leite Filho (2006) afirma que indicadores de desempenho bibliométricos são úteis para avaliar a pesquisa acadêmica, bem como orientar rumos e estratégias de financiamentos de pesquisas. Além disso, tem um parâmetro do tema abordado e uma noção da linha de pesquisa.

Quadro 3: Variáveis estudadas na pesquisa

Variáveis	Critérios utilizados para discriminar
Referente ao tema	Foram observados artigos explanava sobre ativos intangíveis.
Referente à metodologia	Foram observados artigos que referem-se sobre modelos quantitativos de ativos intangíveis.

Fonte: Elaborada pela autora.

Para enriquecer a pesquisa foi feita um estudo de campo na Universidade de Brasília, com finalidade de entender na prática o tratamento dos ativos intangíveis no período 2013 até 2017.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

4.1 Pesquisa bibliométrica sobre ativos intangíveis

Os trabalhos científicos surgem como uma forma de disseminar o conhecimento e teorias e com a ajuda das novas tecnologias esse movimento está mais acessível, podemos ler um artigo a qualquer hora e lugar. A bibliométrica surge da necessidade de quantificar índices de produção e disseminação dos estudos científicos. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação, desempenha papel necessário na expansão e consolidação de pesquisas, tem como objetivo o acesso e divulgação

da produção científica e qualificar por meio da classificação do *qualis* as revistas de produção científica, que recebem um estrato, A1 sendo o nível mais elevado e C o mais baixo.

O planejamento e análise da pesquisa bibliométrica do presente estudo foi feita a partir de uma coleta e discriminação dos dados e uma síntese dos dados coletados. A primeira parte consistiu na criação de uma base de dados com diversas revistas contábeis nacionais, depois a definição das palavras chaves de busca, em seguida a aplicação dos critérios de seleção dos estudos e por fim análise dos dados encontrados.

A finalidade desta pesquisa é contribuir para os estudos dos ativos intangíveis, principalmente encontrando alternativas para sua mensuração. Foi utilizada uma base de dados criada a partir de sessenta revistas eletrônicas classificadas pela CAPES com diversos *qualis*, selecionadas de forma aleatória. Entretanto, apenas em oito dessas revistas foram encontrados algum estudo sobre a mensuração de ativos intangíveis, que estão listadas abaixo.

Quadro 4: Relação de periódicos relacionados

NÚMERO	REVISTA	EXTRATO	QNT.	%
1	BBR. BRAZILIAN BUSINESS REVIEW	A2	2	2,99
2	CONTABILIDADE VISTA & REVISTA	A2	10	14,93
3	PENSAR CONTÁBIL	B2	18	26,87
4	REVISTA DE CONTABILIDADE DO MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UERJ	B2	9	13,43
5	REVISTA DE GESTÃO, FINANÇAS E CONTABILIDADE	B2	5	7,46
6	CAP ACCOUNTING AND MANAGEMENT	B4	9	13,43
7	REC - REVISTA DE ESTUDOS CONTÁBEIS	B5	3	4,48
8	RBC: REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE	C	11	16,42
	TOTAL		67	100,00

Fonte: Elaborada pela autora.

Diante das revistas selecionadas, foram encontrados sessenta e sete artigos no sistema de busca com as palavras-chave “ativos intangíveis”, colocando tanto juntas ou separadas e no campo de pesquisa, escopo de busca escolhidos opção toda, sem distinção de ano publicação e edições da revista.

Para análise da variável relacionada ao tema, foi gerado o quadro acima, no qual demonstra que o periódico que mais produziu artigos sobre ativos intangíveis foi a Revista Pensar Contábil, um periódico quadrimestral do Conselho Regional de contabilidade do Estado do Rio de Janeiro que tem como compromisso a divulgação de artigos relevantes para incentivar a pesquisa, atingindo 26,87% dos artigos encontrados, seguidos da Revista Brasileira de Contabilidade e a Revista *Brazilian Business Review* (BBR) que possui a menor quantidade de artigos publicados, tem como cerne a publicação de trabalhos em temas relacionados com administração, contabilidade, controladoria, finanças, gestão de negócios entre outros e seu objetivo é contribuir para a construção e atualização do conhecimento na área de negócios.

Para focar no objetivo da pesquisa, aprofundou-se mais com a variável relacionada metodologia e os artigos que propôs um modelo quantitativo de mensuração do ativo intangível, diminuindo a amostra como relaciona o quadro abaixo.

Quadro 5: Distribuição da metodologia

SEQ.	REVISTA	QUANTIDADE	%
1	BBR. BRAZILIAN BUSINESS REVIEW	1	9,09
2	CONTABILIDADE VISTA & REVISTA	1	9,09
3	PENSAR CONTÁBIL	3	27,27
4	REVISTA DE CONTABILIDADE DO MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UERJ	1	9,09

5	REVISTA DE GESTÃO, FINANÇAS E CONTABILIDADE	1	9,09
6	CAP ACCOUNTING AND MANAGEMENT	1	9,09
7	REC - REVISTA DE ESTUDOS CONTÁBEIS	1	9,09
8	RBC: REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE	2	18,18
	TOTAL	11	100,00

Fonte: Elaborada pela autora.

Na maioria das revistas foi encontrado apenas um artigo sobre mensuração de ativos intangíveis, representando 54,55% total da amostra. As revistas que mais destacaram foram a Pensar Contábil, apresentando um percentual de 27,27% com três artigos que falam sobre a mensuração intangível, em seguida a Revista Brasileira de Contabilidade com dois artigos selecionados que têm como missão potencializar o desenvolvimento de metodologia e procedimentos nas atividades contábeis e contribuir para a formação humana e profissional. Diante disso, no quadro resumo abaixo há uma síntese dos artigos com os métodos quantitativos usados e seus resultados.

Em síntese, apesar de o ativo intangível possuir razoável quantidade de artigos que tratam sobre o assunto ou apenas cita de alguma forma, esse número decai quando procuramos sobre modelos quantitativos de mensuração, uma das limitações é a dificuldade de mensurar algo que não é físico e prever certeza que trará benefícios à entidade.

Diante dos artigos analisados, as metodologias utilizadas podem ser aplicadas ao Setor Público se forem adaptadas, como a proposta do Abreu, Diehl e Macaganan (2011) em que aplicaram modelo mensuração custos intangíveis, através de um quadro identificando os fatores e usando o método de custeio baseado em atividades. Entretanto, Silva e Petri (2016) analisaram o valor contábil da marca de uma empresa utilizando um método baseado no lucro pelo índice preço/venda do mesmo modo e Arruda, Valério e Dobrowolski (2008) propuseram

a mensuração com base no lucro intangível para mensuração de ativos intangíveis. No sentido de avaliação de patentes, Amaral., et al (2014) desenvolveu sob duas perspectivas, a tradicional com fluxo de caixa descontado e a teorias das opções reais.

4.2 Pesquisa de campo: Universidade de Brasília (UNB)

A Universidade de Brasília, fundada em 1962, por um grupo de educadores destacando Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, umas das principais referências de centro acadêmicos do país e do mundo, estando entre as mil melhores instituições de ensino superior do mundo, segundo o *Times Higher Education World University Rankings 2018*, sua missão é produzir, integrar e divulgar conhecimento, formando cidadãos comprometidos com a ética, responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável.

Diante do histórico e importância, foi feita uma pesquisa de campo na Universidade de Brasília buscando integrar a pesquisa bibliográfica com a realidade. Para isto, foram analisados os relatórios de gestão da entidade no período de 2013-2017, principalmente os demonstrativos contábeis a fim de verificar o método usado para mensurar os ativos intangíveis e como foi evidenciá-los. Segundo José Filho (2006, p.64 apud Piana, 2009 p.167) “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”.

No relatório de gestão 2013, na seção de informações contábeis, consta que os ativos intangíveis foram mensurados com base no valor de aquisição. No ano 2014 apresenta a mesma informação acrescida do cálculo da amortização, foram usados os critérios estabelecidos na súmula Macrofunção STN nº020330 definida no item 12.1.

A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso. A amortização deve cessar

na data em que o ativo é classificado como mantido para venda, quando estiver totalmente amortizado ou na data em que ele é baixado, o que ocorrer primeiro (Macrofunção STN nº020330).

No relatório de gestão de 2015, os ativos intangíveis foram avaliados pelo valor de aquisição menos amortização, conforme as normas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), seguindo os critérios dos anos anteriores. O relatório de gestão de 2016 demonstra que a avaliação e mensuração de ativos e passivos foi através das diretrizes nas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e 16.10, bem como as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público ou outras normas pertinentes. O intangível avaliado com base na aquisição, produção ou construção pode ser observado no balanço patrimonial abaixo:

Quadro 7: Recorte do ativo intangível no balanço patrimonial UNB 2016

Valores em unidades em real	2016	2015
Intangíveis	7.369.038,19	2.872.843,34
Softwares	7.331.084,94	2.832.490,09
Softwares	8.460.800,39	2.832.490,09
(-)amortização acumulada	(1.129.715,45)	-----
Marcas,Direitos e Patentes	37.953,25	40.353,25
(-)amortização acumulada	-----	-----

Fonte: Relatório de gestão UNB 2016.

Nas notas explicativas define o valor de R\$ 7 milhões na data de encerramento do balanço, foram avaliados pelo custo de aquisição menos amortização conforme súmula da STN nº 020330. Em 2016 houve uma aquisição de *software* de gestão de redes no valor de R\$ 3 milhões do fornecedor *Avanstsec* e a Fundação fixou TED com o Exército Brasileiro para

desenvolvimento de *software* gerando um ativo de R\$ 1 milhão. O cálculo da amortização é realizado sem sistema específico, entretanto contabilizado mensalmente com base no Ato da DAF nº81/2016 e nos controles feitos pela Diretoria de Contabilidade e Finanças. Podemos observar que o ano de 2015 não houve qualquer amortização apesar de definido na seção das informações contábeis no relatório.

No relatório de gestão 2017 o intangível é mensurado com base no valor de aquisição, construção ou produção e metodologia de cálculo amortização é definida pelo macro função STN nº 020330 e pelo Ato do DAF nº81/2016. Podemos observar nos demonstrativos contábeis abaixo:

Quadro 8: Recorte do ativo intangível no Balanço Patrimonial UNB 2017

Valores em reais	2017	2016
Intangíveis	6.311.958,59	7.369.038,19
Softwares	6.274.015,34	7.331.084,94
Softwares	9.533.385,41	8.460.800,39
(-)amortização acumulada	(3.259.370,07)	(1.129.715,45)
(-)redução ao valor recuperável	-----	-----
Marcas, Direitos e Patentes	37.953,25	37.953,25
Marcas, Direitos e Patentes	37.953,25	37.953,25

Fonte: Relatório de gestão UNB de 2017.

Nas notas explicativas os ativos intangíveis foram mensurados pelo método de custo deduzidos de amortização (vida útil definida) ou quaisquer perdas no decorrer do tempo. Os ativos intangíveis gerados internamente foram reconhecidos como despesa, exceto os gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento. E os ativos com vida útil indefinida são amortizados mensalmente com base no Ato do DAF nº81/2016 e controles da Diretoria Contabilidade e Finanças. Encontrou-se uma análise da composição dos intangíveis para os exercícios 2017 e 2016, conforme demonstrada abaixo:

Quadro 9: Composição do ativo intangível no ano 2017

Intangível- Composição	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Software com vida útil definida	9	8	11
Amortização acumulada	-3	-1	65
Total	6	7	-17

Fonte: Relatório de gestão UNB de 2017.

O ativo intangível, na data de encerramento do exercício 2017, apresentou um saldo de R\$ 6 milhões de reais. Verificaram software com vida útil definida representando todo o grupo e a variação de 65% da amortização acumulada refere-se ao reconhecimento da amortização de importações de *software* em andamento, colocados a disposição dos usuários.

Depois de feita a análise, conclui-se que a Fundação Universidade de Brasília elaborou os demonstrativos contábeis de acordo com os novos critérios e procedimentos aplicados pelas normas brasileiras do setor público, mensurando os ativos intangíveis pelo método custo, abordado na norma NBC TSP 08 no item 73 “Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível deve ser apresentado pelo custo, menos qualquer amortização e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.” A pesquisa obteve limitações, visto que não foi possível encontrar os balanços patrimoniais e notas explicativas exercícios 2013, 2014 e 2015, uma vez que as notas explicativas não eram obrigatórias e o plano de contas anterior não tinha intangível.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo tinha como objetivo descrever os principais métodos quantitativos de mensuração dos ativos intangíveis, visto que o problema era identificar modelos que poderiam se adaptar ao setor público e um estudo de caso avaliando demonstrativos contábeis da Universidade de Brasília para verificar o reconhecimento deste ativo sendo assim, um

parâmetro sobre o estudo dos intangíveis.

Para atingir o foco da pesquisa, foi realizada inspeção na literatura através de revistas em busca de artigos que retratam sobre a mensuração de ativos intangíveis, foram encontrados modelos específicos para valorar o capital humano ou valor de marca a partir da especificidade da entidade, adaptando alguns modelos com respostas da administração e usaram também o modelo de fluxo de caixa para encontrar um valor.

O estudo de caso sobre os demonstrativos da Universidade de Brasília aproxima o estudo com a prática contábil, foi observado que a composição dos ativos intangíveis basicamente são *softwares*, e direitos e patentes registra seus ativos intangíveis conforme as normas do setor público usando o método de custo e amortizando seu valor.

O principal diferencial desta pesquisa é a busca de modelos de mensuração usados na rede privada que poderiam ser usados no setor público, como a Universidade de Brasília tem registrado marcas e patentes. Em sua tese, Hoss (2003) para demonstrar o valor de uma instituição de ensino superior privado, elaborou um modelo baseado em quatro quadrantes: humano, processos, estrutural e ambiental, observando sob o foco passado, presente e futuro e as perspectivas interna e externa, concluiu-se que algumas metodologias e modelos são falhos por serem baseados em valor contábil que reflete o valor econômico da empresa onde o valor do mercado esteja correto.

Em suma, o ativo intangível é complexo começando pela sua definição de ser um bem incorpóreo acarretando discussões sobre a mensuração. É um tema pouco explorado que com passar dos anos e a tecnologia e sede de informação seja um tema que ganhe importância tanto no setor público como no privado. Foi observado que a maioria das empresas que possuem um nível de intangibilidade possui vantagem comparativa no valor das ações em comparação com outras, o que indica relevância do tema e normas do setor público e leis que sugere meios para mensuração dos ativos. Para pesquisas futuras recomenda-se um

aprofundamento na linha de pesquisa, analisando mais órgãos públicos para que se tenha uma visão da realidade nacional e um mapeamento dos métodos de mensuração usados em outros países.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. L.; DIEHL, C. A.; MACAGNAM, C. B. Mensuração de custos intangíveis: uma análise prática. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 22, n. 3, p. 41-71, 2011. <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/968/pdf110>>. Acesso em: 26/04/2018.

AMARAL, F. H.; et al. Avaliação de Ativos Intangíveis: Modelos Alternativos para Determinação do valor de Patentes. **Revista Gestão, Finanças e Contabilidade**. v.4, n.1, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/490>>. Acesso em: 27/03/2018.

ARRUDA, B. I.; VALÉRIO, F. A.; DOBROWOLSKI, E. M. Mensuração de Ativos Intangíveis da SICREDI São Cristovão: Importância da mensuração de ativos intangíveis em Cooperativas de Crédito. **CAP Accounting and Management**. [S.l.], v. 2009, n. 2, p. 44-52, 2009. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/CAP/article/view/906>>. Acesso em: 27/03/2018.

BANEZ, F. C.; VIEIRA NETO, J.; ALMEIDA, L. S. F. Avaliação dos ativos intangíveis no setor de construção civil brasileiro: um estudo documental. **Pensar Contábil**, v. 17, n. 63, p. 12-21, 2015. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/2561>>. Acesso em: 24/03/2018.

BARROS, S. P. L. A importância do capital intelectual nas organizações e os desafios da contabilidade para demonstrar a criação de valor de natureza intangível. **Pensar Contábil**, v. 9, n. 36, p. 1-10, 2007. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/124>>. Acesso em: 26/04/2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23/04/2018.

_____. Decreto-lei nº 11638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília: Casa Civil, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 23/04/2018.

_____. Secretária Tesouro Nacional. Portaria nº 184 de 25 de agosto de 2008. Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Brasília: STN, 2008. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/portarias-ministeriais/2008/arquivos/portaria-no-184-de>>

25-de-agosto-de-2008.pdf/view>. Acesso em: 19/04/2018.

_____. Decreto-lei nº11941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários e institui regime tributário de transição. Brasília: Casa Civil, 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm>. Acesso em: 23/04/2018.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 7. ed. Brasília: STN, 2017. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>>. Acesso em: 18/04/2018.

_____. Secretária Tesouro Nacional. **Súmula Macro função nº 020330**. Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta, União, Autarquias e Fundações. Manual SIAFI. Brasília: STN, [s.d]. Disponível em: <<http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/pdf/020000/020300/020330>>. Acesso em: 18/04/2018.

BORGES, E. F.; et al. Heritage assets: tangíveis ou intangíveis? **Pensar Contábil**, v. 15, n. 56, p. 42-47, 2013. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/10030/heritage-assets--tangiveis-ou-intangiveis->>. Acesso em: 19/05/2018.

CAMARGO, E. **Um estudo sobre a contabilização dos ativos intangíveis no Brasil**. 2010. Monografia (Graduação) - Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25801>>. Acesso em :19/05/2018.

CAVALCANTE, P. R. N.; CALDAS NETO, C.; ANDRADE, G. M. Capital intelectual e goodwill: ativos intangíveis de difícil mensuração. **Pensar Contábil**, v. 8, n. 33, p. 1-10, 2006. Disponível em: <<http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/21>>. Acesso em: 26/04/2018.

CAZONE NETO, J. **Ativo intangível: comparativo do tratamento no Brasil antes e depois da lei 11.638/07**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano, 2013. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=607066>. Acesso em: 19/05/2018.

CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 04 Ativos Intangíveis**. Brasília: CPC, 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=3>> Acesso em: 24/04/2018.

CHAVES, E. P. S. **Valor de marca-país: uma investigação empírica em diferentes modelos operacionais e relações com imagem de país e percepção de cultura**. 2016. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016. Acesso em: 19/05/2018.

CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9**. Depreciação, Amortização e

Exaustão. Brasília: CFC, 2008a. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf> Acesso em: 24/04/2018.

_____. **Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.10.** Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos do Setor Público. Brasília: CFC 2008b. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf>. Acesso em: 24/04/2018.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 00 Estrutura Conceitual.** Brasília: CPC, 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em: 24/04/2018.

_____. **Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCTSP Estrutura Conceitual.** Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <<http://cfc.org.br/noticias/cfc-publica-a-norma-estrutura-conceitual-da-contabilidade-publica/>>. Acesso em: 24/04/2018.

_____. **Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCTSP 08 Ativos Intangíveis.** Brasília: CFC, 2017. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTSP08&arquivo=N BCTSP08.docx> Acesso em: 24/04/2018.

CRISÓSTOMO, V. L. Ativos Intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países - Intangible Assets: a comparative study of adopted criteria for recognition, measurement and disclosure. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, [S.l.], v. 12, n. 1, may. 2009. Disponível em: <<https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/69>>. Acesso em: 26/04/2018.

DALBEM, M. C.; BASTIAN-PINTO, C. L.; ANDRADE, A. M. O valor financeiro do capital humano e o desafio de retê-lo nas empresas. **Brazilian Business Review**, v. 11, n. 1, p. 51-72, 2014. Disponível em: <http://www.bbronline.com.br/artigos.asp?sessao=ready&cod_artigo=873>. Acesso em: 26/04/2018.

EDVINSSON, L.; MALONE, M. S. **Capital intelectual: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos.** São Paulo: Makron Books, 1998.

ENSSLIN, L.; SCHNORRENBARGER, D. Gerenciamento de intangíveis: sonho ou realidade? **RBC: Revista Brasileira de Contabilidade** [S.l.], v. 2011, n. 147, p. 83-97, 2011. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/372/160>>. Acesso em: 27/04/2018.

FEIJÓ, P. H. Setor público prepara convergência. **Revista Transparência Ibracon**, São Paulo, Ed. 1, ano 1, n. 1, p. 43-44, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/lisRevistaTransparencia.php>>. Acesso em: 04/05/2018.

FERRAZ, F. **A contabilização dos ativos intangíveis referentes à propriedade industrial das empresas: uma avaliação de sua evidenciação.** Monografia (Graduação) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2009. Disponível em: <[ww.tcc.sc.usp.br/tce/disponiveis/81/812004/tce.../FabioGarciaLealFerraz.pdf](http://www.tcc.sc.usp.br/tce/disponiveis/81/812004/tce.../FabioGarciaLealFerraz.pdf)>. Acesso em: 04/05/2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FUJI, A. H.; SLOMSKI, V. Subjetivismo responsável: necessidade ou ousadia no estudo da contabilidade. **Rev. contab. finanç.**, São Paulo, v. 14, n. 33, p. 33-44, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772003000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19/05/2018.

GERHARD, E. T.; SILVEIRA, T. D. **Métodos de pesquisa**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2009.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

HOSS, O. **Modelo de avaliação de ativos intangíveis para instituições de ensino superior privado**. 2003. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Santa Catarina, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/84633>>. Acesso em: 19/05/2018.

IBANEZ, C. F.; VIEIRA NETO, J.; ALMEIDA, S. F. L. Avaliação dos ativos intangíveis no setor de construção civil brasileiro: um estudo documental. **Pensar Contábil**, v. 17, n. 63, p. 12-21, 2015. Disponível em <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/38039/avaliacao-dos-ativos-intangiveis-no-setor-de-co---/>>. Acesso em: 19/05/2018.

JESUS, B. T.; LIMA FILHO. N. R. Mensuração do Goodwill: um caso de estudo em duas empresas do setor de Tecnologia da Informação. **Revista de Estudos Contábeis**, [S.l.], v. 5, n. 9, p. 106-126, 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/rec/article/view/19427/17253>>. Acesso em: 27/04/2018.

JOSÉ FILHO, M. Pesquisa: contornos no processo educativo. In: JOSÉ FILHO, M.; DALBÉRIO, O. (Orgs.). **Desafios da Pesquisa**. 1. ed. Franca: UNESP, 2006. v. 1, p. 63-75.

KAYO, E. K.; et al. Ativos intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 10, n. 3, p. 73-90, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141565552006000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04/05/2018.

LEITE FILHO, G. Padrões de produtividade de autores em periódicos e congressos na área de contabilidade no Brasil: um estudo bibliométrico. **Revista Administração Contemporânea**, v. 12, n. 2, p. 533-554, 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_751.pdf>. Acesso em: 15/04/2018.

LEV, B. **Intangibles: management and reporting**. Washington: Brookings, 2001.

LIMA, D. V.; GUEDES, M. A.; SANTANA, C. M. As Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público e a legislação contábil pública brasileira: uma análise comparativa à luz da teoria contábil. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, [S.l.], v. 12, n. 2, July 2009. Disponível em: <<https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/65>>. Acesso em: 19/05/2018.

MEDRADO, F. et al. Relação entre o nível de intangibilidade dos ativos e o valor de mercado das empresas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 10, n. 28, p. 32 - 44, dec. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/119480>>. Acesso em: 04/05/2018.

MEIRELLES, H. L.; BURLE, C. R.; BURLE FILHO, J. E. **Direito administrativo brasileiro**. 42. ed. atualizada até a Emenda Constitucional 90, de 15.9.2015. São Paulo: Malheiros, 2016.

MILONE, M. C. M. **Cálculo do valor de ativos intangíveis**: uma metodologia alternativa para a mensuração do valor de marcas. 2004. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-27122005-214349/pt-br.php>>. Acesso em: 19/05/2018

MORAES, C. **Redução ao valor recuperável de ativos pertencentes ao setor público**. 2011. Monografia (Graduação) - Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/34999>>. Acesso em: 19/05/ 2018.

PACE, E. S. U.; OLIVEIRA, A. M.; ALKMIM, W. F. A criação de valor na gestão da mão de obra voluntária no terceiro setor. **Revista de Administração da Unimep**, v. 10, n. 3, p. 218-242, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2737/273724912012>>. Acesso em: 19/05/2018.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 17, n. 40, p. 7-24, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34174>>. Acesso em: 26/04/ 2018.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p.

RESENDE, A. J. A Relevância da Informação Contábil no Processo de Avaliação de Empresas da Nova e Velha Economia: uma análise dos investimentos em ativos intangíveis e seus efeitos sobre value-relevance do lucro e patrimônio líquido. **BBR. Brazilian Business Review**, [S.l.], v. 2. p. 33-52, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15728/bbr.2005.2.1.3>>. Acesso em: 26/04/2018.

RIBEIRO, L.; TIRONE, L. F. **Ativos intangíveis**: avaliação e mensuração no contexto de private equity e venture capital. Brasília: Ipea, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4535>.

ROCHE, J. C. **Fundamento de Metodologia Científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 14.ed.rev.amp.Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SÁ, A. L. **História Geral das Doutrinas da Contabilidade**. São Paulo, Atlas, 1997.

SILVA, A. B.; ALVES, F. J. D. S.; DUQUE, A. P. O. Ativos intangíveis, resultados visíveis: produção científica em base de dados de acesso aberto. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 17, n. 2, p. 68-88, 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5393>>. Acesso em: 19/05/2018

SILVA, M.; PETRI, S. Mensuração do valor contábil da marca do grupo água mineral alfa da grande Florianópolis. **Revista de contabilidade do mestrado em ciências contábeis da UERJ**, América do Norte, v. 21, n. 2, fev. 2017. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/view/2928>>. Acesso em: 27/04/2018.

SOUZA, F. E. A.; BOTINHA, R. A.; LEMES, S. A comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração de ativos intangíveis de companhias abertas brasileiras e portuguesas. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 1117-1142, out. 2016. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/view/8080>>. Acesso em: 27/04/2018.

TRUJILLO, F. A. **Metodologia da pesquisa científica**. 23ed. rev e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

UNB – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Relatório de gestão da Universidade de Brasília**. Brasília: UnB, 2013. Disponível em: <http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=1:relatorio-de-gestao&Itemid=675>. Acesso em: 25/04/2018.

_____. **Relatório de gestão da Universidade de Brasília**. Brasília: UnB, 2014. Disponível em: <http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=1:relatorio-de-gestao&Itemid=675>. Acesso em: 25/04/2018.

_____. **Relatório de gestão da Universidade de Brasília**. Brasília: UnB, 2015. Disponível em: <http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=1:relatorio-de-gestao&Itemid=675>. Acesso em: 25/04/2018.

_____. **Relatório de gestão da Universidade de Brasília**. Brasília: UnB, 2016. Disponível em: <http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=1:relatorio-de-gestao&Itemid=675>. Acesso em: 25/04/2018.

_____. **Relatório de gestão da Universidade de Brasília**. Brasília: UnB, 2017. Disponível em: <http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=1:relatorio-de-gestao&Itemid=675>. Acesso em: 25/04/2018.

WERNKE, R. Proposta para avaliação de ativos intangíveis. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [S.l.], n. 134, p. 60-71, ago. 2011. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/413>>. Acesso em: 27/03/2018.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; CAPES; UAB, 2009.

ANEXO A

Quadro 6: Síntese dos artigos encontrados que propõe modelos mensuração de ativos intangíveis

AUTORES	METODOLOGIA	RESULTADOS
Dalbem, Pinto e Andrade (2014)	O método escolhido para uma empresa de projetos, a valoração do capital humano foi fundamentada no método do Fluxo de Caixa Descontado, segregando-se a geração de caixa por produto.	O projeto obteve um bom resultado, mas alertou um controle maior para a empresa.
Abreu, Diehl e Macaganan (2011)	Aplicou o modelo proposto por Diehl (1997) para os custos intangíveis por meio de uma entrevista não estruturada, foi aplicada numa empresa.	Os resultados comprovaram que o modelo pode ser aplicado no contexto da empresa.
Ibanez, Neto Vieira e Almeida (2015)	A metodologia do artigo foi uma pesquisa documental e exploratória sobre o conceito de ativo intangível, propondo a elaboração do seu cálculo em empresas da construção civil.	As empresas estudadas utilizaram como métrica para mensuração do seu ativo intangível, conforme notas explicativas disponibilizadas nos seus relatórios financeiros, o método de fluxo de caixa.
Cavalante, Caldas Neto e Andrade (2006)	A metodologia utilizada foi teórica através de estudo bibliográfico principalmente capital intelectual e <i>goodwill</i> .	Em suma, avaliação intangível requer uma visão multidisciplinar que envolva conhecimentos estatísticos, finanças e matemáticas.
Barros (2007)	Este artigo apresenta alguns modelos de mensuração do capital intelectual evidenciados na literatura e como a contabilidade deve proceder.	Conclui-se que nos modelos considerados (Stewart, Edvinsson e Malone e Sveiby) a contabilidade mensura diversos aspectos necessários à plena utilização de cada metodologia.
Silva e Petri (2016)	O artigo incorpora métodos matemáticos e bibliográficos para mensuração da marca de uma empresa.	A mensuração a partir das demonstrações contábeis, a fórmula é residual baseando nos lucros, concluiu-se que só serve para empresas de grande porte e concorrentes com menor significância para obter um

		resultado positivo.
Amaral, Iquiapaza, Correia, Amaral e Vieira (2014)	O estudo se baseia em dois modelos de avaliação de patentes, fluxo de caixa descontados e teorias reais e é apresentada uma análise sobre instituição de ensino.	Os resultados encontrados foram que o processo de patente para a tecnologia pode aumentar o valor gerado e um parâmetro para a transferência e modelo teoria reais foi melhor adaptado.
Arruda, Valério e Dobrowolski (2008)	O artigo buscou aplicar o modelo proposto por Hoss (2003) para mensuração dos ativos intangíveis na empresa abordada.	Conclui-se que o modelo de Hoss pode ser aplicado para empresas além das instituições de ensino e os ativos possui grande relevância.
Jesus e Lima Filho (2014)	O objetivo principal deste estudo é demonstrar se o método de mensuração de Hatfield é o mais eficaz para tratar do goodwill gerado interno comparando com outros modelos em duas entidades do setor de tecnologia da informação.	A análise dos dados foi realizada através de métodos quantitativos em um caso de estudo nas empresas SENIOR SOLUTION S/A e ITAUTEC S/A. Em apenas uma das entidades a hipótese levantada foi corroborada de forma que o valor do <i>goodwill</i> calculado pelo método de Hatfield na empresa SENIOR SOLUTION S/A foi superior a três vezes com relação ao valor do patrimônio líquido da empresa, já para a empresa ITAUTEC S/A a hipótese foi rejeitada, pois o valor demonstrado pelo método de Hatfield foi negativo.
Ensslin e Schnorrenberger, (2011)	O objetivo deste trabalho reside na busca de contribuições para a identificação e o gerenciamento dos ativos intangíveis, realiza-se uma releitura da proposta para a identificação dos ativos intangíveis, apresentada por Lev (2001) também, uma análise de suas potencialidades, seguida de uma proposição para o registro destes ativos.	O artigo propõe que, apesar dos avanços sobre ativo intangível, pouco tem se evoluído sobre seu entendimento e divulgação, considera as normas legais conservadoras e distorcem a realidade ao ordenar que registrem o fato apenas quando materializam.
Wernke (2011)	Apresenta uma ferramenta para utilização de forma exclusivamente gerencial,	Conclui-se proposta apresentada para a avaliação dos Ativos Intangíveis busca ser

	<p>conforme a conveniência da divulgação a ser determinada pela empresa. A proposta ora defendida fundamenta-se, basicamente, nas três fases que fundamentam a <i>The Value Chain Scoreboard</i> de Lev e nas quatro perspectivas do <i>Balanced Scorecard</i> de Kaplan e Norton.</p>	<p>mais uma ferramenta gerencial à disposição dos administradores que lidam com tais ativos.</p>
--	--	--

Fonte: Elaborada pelos autores.